



Trilha 4 - Diversidade e Conteúdo **Matriz GERAL de sistematização**

coordenador: Lisandro Zambenedetti Granville
relatores: Francele Cocco e Lucas Farinella Pretti

A) Questões-chave

SUSTENTABILIDADE DE PRODUTORES DE CONTEÚDO

- Como remunerar produtores independentes

DIREITO À COMUNICAÇÃO, CULTURA E EDUCAÇÃO

- Garantir o acesso universal e público à Internet
- Preocupação com a educação sob a lógica da cultura digital
- Desenvolvimento de massa crítica para lidar com as questões contemporâneas

GARANTIAS À LIBERDADE/DIVERSIDADE

- Reforma da Lei de Direito Autoral
- Continuidade das políticas públicas de cultura digital
- Mais representatividade para povos de culturas tradicionais e grupos sociais historicamente oprimidos
- Incentivo ao desenvolvimento de softwares livres e abertos

1) Principais controvérsias ou consensos

- consensos

- É preciso incentivar o fomento e sustentabilidade de produtores de conteúdo.
- A Internet deve chegar com qualidade a todas as regiões do país, sem qualquer distinção de qualquer natureza, de forma universalizada e pública.



- Garantir direito à liberdade de expressão e diversidade para todos os segmentos da sociedade.
- É necessária a reforma da Lei de Direito Autoral.
- É urgente repensar a gestão da propriedade intelectual considerando a cultura digital, garantindo supervisão pública do processo de arrecadação e distribuição dos direitos autorais.
- Incentivar novos modelos de negócios considerando a cultura digital.
- Mecanismos de busca, softwares e outras ferramentas da cultura digital devem considerar a história e cultura dos povos em seu processo de desenvolvimento no momento de indexação dos conteúdos.
- Incentivar o desenvolvimento nacional de softwares livres e abertos.
- Continuidade das políticas públicas iniciadas no Ministério da Cultura do governo Lula.
- Realizar mais oficinas de formação para jovens em cultura digital, software livre e economia solidária para potencializar o acesso, produção de conteúdo e integração regional com o global a partir das bases das comunidades.
- Moção de apoio à Lei Cultura Viva.
- Moção de apoio ao novo marco Regulatório das Comunicações, gerado pelo Fórum da Democratização da Comunicação.
- Fomentar mercados regionais baseados na economia solidária e em softwares livres, criando espaços de trabalho de economia criativa.



- Construção de políticas públicas voltadas para a diversidade de gênero.
- Estimular a produção nacional de conteúdos educacionais interativos.
- Garantir a neutralidade da rede junto ao CGI.br.



Propostas de ação:

1) SUSTENTABILIDADE DE PRODUTORES DE CONTEÚDO

- Criação de fundos setoriais de estímulo à produção de conteúdo a partir de taxas pagas por provedores de acesso e empresas de telecomunicações e arrecadadas pela publicidade de videoblogs tais como YouTube e Vimeo.
- Fomento a plataformas que discutam tipos diferentes de licenças.
- Fomento à criação e à disponibilização de redes e bases de dados geridas colaborativamente para as redes de comunicação e cultura.
- Criação de políticas públicas que garantam o financiamento dos conteúdos voltados à divulgação de políticas de gênero.
- Ampliação da Lei da Informática também para desenvolvimento de softwares.
- Estimular o desenvolvimento de plataformas (e.g., busca Web e redes sociais) por empresas brasileiras.
- Estabelecer linhas de crédito para Pontos de Cultura.
- Criar fundos para estímulo à produção nacional de conteúdos educacionais interativos e criativos com fins didáticos.
- Mudança da legislação tributária de forma a incentivar a produção de conteúdo por produtores independentes.
- Repasse de parte das verbas de publicidade de instituições públicas para produtores independentes de conteúdo.
- Investimento a fundo perdido para adequação de espaços culturais independentes.



2) DIREITO À COMUNICAÇÃO, CULTURA E EDUCAÇÃO

- Criação e manutenção de equipamentos públicos para produção, armazenamento, documentação e distribuição de conteúdos audiovisuais, sonoros e impressos, que atendam prioritariamente povos tradicionais e comunidades com dificuldade de acesso a estes recursos, geridos por meio de conselhos paritários que envolvam o Poder Público e a Sociedade Civil.
- Criação de uma plataforma virtual de cadastro de mídias alternativas do país vinculada ao site do Ministério das Comunicações, legitimando estes meios de comunicação.
- Utilização das redes de Internet públicas federais, municipais e estaduais como base de infraestrutura para disponibilização de servidores de Internet públicos, com conselhos de gestão paritários entre Poder Público e Sociedade Civil, de modo que tal infraestrutura seja gerida colaborativamente visando à construção de redes de comunicação e cultura.
- Construir um *framework* para gerenciamento de identidade incluindo protocolo de interconectividades entre redes sociais.
- Melhorias no Plano Nacional de Banda Larga, de forma a deixar as mensalidades de planos de troca de dados mais acessíveis financeiramente e de maior qualidade de banda e cobertura.
- Abertura dos servidores e banda larga das instituições públicas de ensino para a sociedade civil.
- Aprovação do projeto de lei PL 1513/ 2011 - REA - Recursos Educacionais Abertos: garantir licenças livres para conteúdos científicos e educacionais realizados com recursos públicos.
- Tirar da ilegalidade o compartilhamento de arquivos (via redes par-a-par e outras) com a criação de marco regulatório para legalização e estímulo das redes de troca e compartilhamento



de conteúdo livre, cultural, educacional, comunicacional e informacional.

- Incluir no sistema educacional fundamental e médio a disciplina "Leitura Crítica para a Mídia" e incentivar a formação dos educadores da rede pública de ensino nessa área.
- Criação de auto-selos de conteúdo segundo critérios de classificação indicativa.
- Convergência de ações dos programas governamentais e não governamentais de inclusão digital com os eixos estratégicos e linhas de ação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), integrando telecentros, *LAN houses*, bibliotecas comunitárias, domiciliares urbanas e rurais, pontos de cultura, pontos de leitura e demais espaços de difusão cultural.

3) GARANTIAS À LIBERDADE/DIVERSIDADE

- Criação de um sistema público de distribuição de conteúdos produzidos pelas redes de comunicação e cultura de forma a garantir que a produção cultural financiada com dinheiro público seja exibida e distribuída de forma livre, licenciada através de licenças flexíveis e disponibilizada em acervos livres.
- Criar um repositório comum de metodologias que partam do reconhecimento das identidades culturais regionais, que contemplem soluções tecnológicas flexíveis de letramento digital, produção e divulgação de conteúdo, reforçando a importância da autonomia e liberdade nos processos de aprendizagem.
- Estabelecer cotas de gênero entre os membros do CGI.br.
- Apoio à Lei Cultura Viva, ao Marco Civil da Internet e ao movimento MEGA NÃO, de repúdio à "Lei Azeredo".
- Realização de novos fóruns do CGI de forma descentralizada, em outros locais.



- Obrigatoriedade (sem exclusão de outras opções) do uso e desenvolvimento em instituições de ensino públicas de software livre, em conjunto com formação apropriada.

Plenária final

Blogueiras feministas afirmaram a representatividade quantitativa e qualitativa das mulheres no CGI.br registrando a proposta de paridade de gênero em sua composição.

Sinditelebrasil registrou não ser consensual a proposta de criação de novos fundos setoriais para recolhimento obrigatório das empresas.